DO INTRÍNSECO AO CONTEXTO: ESTRATIFICANDO VALORES OLÍMPICOS FUNDAMENTAIS

Resumo - O presente estudo busca compreender melhor os três valores fundamentais do Olimpismo: respeito, amizade e excelência; e entendê-los como produtos do desenvolvimento de valores denominados universais, presentes no ser humano a partir de uma perspectiva essencialista-intrínseca. A hipótese levantada no decorrer das discussões, é a de que os valores olímpicos fundamentais são resultados contextualizados, ao meio esportivo, de valores que pertencem ao ser humano desde a sua concepção. Utilizando de estudos com enfoque na origem e natureza dos valores, chegamos à conclusão de que tais objetos que são imutáveis, mas passíveis de modificação, de acordo com o meio social em que cada indivíduo nasce e se desenvolve, não devendo ser rebaixados a simples meios para a satisfação do ser humano, mas exaltados à qualidades intrínsecas norteadoras para a ação humana, em diversas situações de sua vida social, tendo como local privilegiado para tal desenvolvimento, as aulas de Educação Física no ambiente escolar. Apoiando-nos na filosofia clássica, perpassado pelo imperativo categórico kantiano, bem como as definições de ética e moral, adentrando por fim, no debate sobre dignidade humana, confirmamos a natureza e origem intrínseca dos valores universais, conectando empiricamente tais valores basilares, aos quais elencamos especificamente onze: empatia, solidariedade, justiça, humildade, fraternidade, união, bondade, generosidade, resiliência, coragem e honestidade; como princípios originários aos valores olímpicos. Tal estudo tem por objetivo adjacente, abrir novos horizontes para a contínua pesquisa dessa temática, atenuando a carência de perspectivas e olhares diferenciados, convidando assim, para futuras interpelações.

Palavras-chave: valores olímpicos; valores universais; intrínseco; dignidade humana; filosofia.

FROM INTRINSIC TO CONTEXT: STRATIFYING FUNDAMENTAL OLYMPIC VALUES

Abstract - This study seeks to better understand the three fundamental values of Olympism: respect, friendship and excellence; and to understand them as products of the development of values called universal, present in the human being from an essentialist-intrinsic perspective. The hypothesis raised during the discussions, is that the fundamental Olympic values are contextualized results, to the sports environment, of values that belong to the human being since its conception. Using studies focusing on the origin and nature of values, we come to the conclusion that such objects are immutable, but subject to change, according to the social environment in which each individual is born and develops, and should not be demoted to simple means for the satisfaction of the human being, but exalted to the intrinsic qualities that guide human action, in different situations of their social life, having as a privileged place for such development, the Physical Education classes in the school environment. Supporting us in classical philosophy, pervaded by the Kantian categorical imperative, as well as the definitions of ethics and moral, finally entering the debate on human dignity, we confirm the nature and intrinsic origin of universal values, empirically connecting these basic values, to which we specifically list eleven: empathy, solidarity, justice, humility, fraternity, union, kindness, generosity, resilience, courage and honesty; as principles originating from Olympic values. This study has the adjacent objective of opening new horizons for the continuous research on this theme, attenuating the lack of different perspectives and perspectives, thus inviting future questions

Keywords: Olympic values; universal values; intrinsic; human dignity; philosophy.

DEL INTRÍNSECO AL CONTEXTO: ESTRATIFICAR LOS VALORES OLÍMPICOS FUNDAMENTALES

Resumen - Este estudio busca comprender mejor los tres valores fundamentales del Olimpismo: respeto, amistad y excelencia; y entenderlos como productos del desarrollo de valores llamados universales, presentes en el ser humano desde una perspectiva esencialista-intrínseca. La hipótesis planteada durante las discusiones es que los valores olímpicos fundamentales son resultados contextualizados, al entorno deportivo, de valores que pertenecen al ser humano desde su concepción. Utilizando estudios centrados en el origen y la naturaleza de los valores, llegamos a la conclusión de que dichos objetos son inmutables, pero están sujetos a cambios, de acuerdo con el entorno social en el que nace y se desarrolla cada individuo, y no debe ser degradado a medios simples para la satisfacción del ser humano, pero exaltado a las cualidades intrínsecas que guían la acción humana, en diferentes situaciones de su vida social, con las clases de Educación Física en el entorno escolar como un lugar privilegiado para tal desarrollo. Apoyándonos en la filosofía clásica, impregnada por el imperativo categórico kantiano, así como las definiciones de ética y moral, finalmente entrando en el debate sobre la dignidad humana, confirmamos la naturaleza y el origen intrínseco de los valores universales, conectando empíricamente estos valores básicos, a los cuales Enumeramos específicamente once: empatía, solidaridad, justicia, humildad, fraternidad, unión, amabilidad, generosidad, resiliencia, valor y honestidad; como principios provenientes de los valores olímpicos. Dicho estudio tiene el objetivo adjacente de abrir nuevos horizontes para la investigación continua sobre este tema, atenuando la falta de diferentes perspectivas y perspectivas, lo que invita a futuras preguntas

Palabras-clave: valores olímpicos; valores universales; intrínseco; dignidad humana; filosofía.

*Francisco Marchiori da
Mota*

*Escola Superior de
Educação Física de
Jundiá, Brasil*

*franca_marchimota@
hotmail.com*

*[http://dx.doi.org/
10.30937/2526-
6314.v4.id86](http://dx.doi.org/10.30937/2526-6314.v4.id86)*

Recebido: 7 fev 2020

Aceito: 2 jun 2020

Publicado: 7 jun 2020

Introdução

Ao analisarmos todas as propostas de Educação Olímpica (EO) advindas do Comitê Olímpico Internacional (COI), notamos a ênfase com que tais propostas exaltam a importância do desenvolvimento de valores a partir do cenário olímpico e todo o seu universo esportivo. Tendo como base essa afirmativa, podemos nos questionar: que valores são esses aos quais o COI prioriza sua propagação? O próprio Comitê nos apresenta três valores fundamentais, da filosofia Olímpica (Olimpismo), ao qual toda proposta de educação que se denomine “olímpica”, deva se basear, bem como comprometer-se a disseminar: excelência, respeito e amizade¹.

Excelência

Excelência significa agir da melhor maneira possível, dentro e fora do jogo. O mais importante não é vencer, mas participar, seguir em frente e desfrutar da saudável comunhão do corpo, da vontade e da mente.

Respeito

Esse valor inclui o respeito de si mesmo e de seu próprio corpo, dos outros, de regras, normas, esportes e meio ambiente.

Amizade

A amizade está no centro do Movimento Olímpico. Isso nos encoraja a usar o esporte como uma ferramenta para a compreensão mútua entre pessoas e povos.” (p. 17, tradução nossa).

Esse três valores reunidos, criam a base para todo o desenvolvimento olímpico dentro e fora do espaço esportivo. Em nosso enfoque, tais valores norteiam as práticas pedagógicas para uma educação baseada no Olimpismo. Analisando tais valores e seus respectivos fundamentos, conclui-se que os princípios de excelência, respeito e amizade, são construtos contextualizados ao ambiente olímpico, e como tal, direcionados ao esporte. Uma vez utilizado o esporte como fonte de valores para se aplicarem à vida cotidiana dos nossos alunos, propomos nesse estudo uma perspectiva diferente da que estamos acostumados a enxergar.

Pensemos o homem como fonte de todos os valores, em particular, os valores universais. Tentaremos aqui levantar a discussão que permita observar o ser humano como possuidor, desde a sua concepção, desses valores universais, e que a partir dos mesmos, utilizando de vivências esportivas, desenvolve-se e fortalece-se o que cada aluno já possui, independentemente de sua realidade social.

“Tais valores apresentam diferentes magnitudes e seus elementos constitutivos podem variar a partir do contexto social ou cultural em que a pessoa está inserida²”(p.

143). O meio social em que cada indivíduo nasce e cresce, influencia qualitativa e quantitativamente os valores desenvolvidos. Brasil³ entende que o mundo exterior ao Homem, age como influenciador ao seu desenvolvimento, principalmente em suas ações, alegando que suas escolhas religiosas, princípios e sentimentos, atuam como motivações para as atitudes cotidianas.

O esporte viria para canalizar e trazer à tona valores intrínsecos que nossos alunos possuem, cada um com seu contexto histórico-cultural, necessitando de uma prática pedagógica que aborde tais valores, para assim, chegarmos a uma matriz universal: a essência humana.

O Homem e sua essência

Ao analisarmos os estudos de Kant com relação à razão, entendemos a importância que o filósofo atribui a tal objeto de pesquisa, afinal, a partir dela, o ser humano conhece e se relaciona com o mundo que o rodeia. Freitag⁴ prioriza dois estudos desenvolvidos por Kant aos quais foram destinados à temática da razão: os estudos sobre a razão teórica pura e a razão prática pura.

A razão teórica pura permite ao sujeito (epistêmico) elaborar o conhecimento do mundo da natureza. A razão prática pura abre o caminho para o conhecimento do mundo social (*System der Sitten*), ou seja, da sociedade (p. 08).

Podemos dessa maneira, compreender o valor ao qual Kant atribui a razão como base para a natureza humana, pois a partir dela, compreendemos o mundo que independe da ação do ser humano (natureza), e o mundo que se mantém pelas ações do Homem (sociedade). Tanto as duas faces da razão – teórica e prática – são colocadas como dados *a priori* (que não necessitam passar pela peneira da experiência). Assim sendo, a razão se caracteriza como pré-existente à natureza humana⁴.

Constitui-se então a razão como pilar para a natureza humana. Entretanto, Kant não conclui suas confabulações sobre a essência do Homem. O filósofo agrega ao ser humano outro atributo que, unindo-se à capacidade racional, constrói a natureza humana.

O ser humano, sendo um ser racional, capaz de assimilar a razão teórica pura e a razão prática pura, não pode se equiparar aos objetos que o cerca. Sua natureza tem um fim em si mesma, não se rebaixando a um ser meramente instrumental. Ora, os objetos

que o rodeia, tidos como seres irracionais, são considerados meios, sendo utilizados para se alcançar um fim, denominados assim, coisas. Um meio para se atingir uma finalidade⁵.

A filosofia kantiana mostra que o homem, como ser racional, existe como fim em si, e não simplesmente como meio, enquanto os seres, desprovidos de razão, têm um valor relativo e condicionado, o de meios, eis por que se lhes chamam coisas; " ao contrário, os seres racionais são chamados de pessoas, porque sua natureza já os designa como fim em si, ou seja, como algo que não pode ser empregado simplesmente como meio e que, por conseguinte, limita na mesma proporção o nosso arbítrio, por ser um objeto de respeito ". E assim se revela como um valor absoluto, porque a natureza racional existe como fim em si mesma (p. 90).

A finalidade última do ser humano como sendo ele mesmo é garantido por aquilo que Kant denomina de dignidade. Não se pode entender o ser humano como meio, pois ele possui um valor interno e insubstituível⁵, que não se iguala a absolutamente nada^{*}. Esse valor, o filósofo chama: dignidade. Essa mesma dignidade é entendida como atributo intrínseco ao ser humano.

A dignidade da pessoa humana é uma qualidade intrínseca, inseparável de todo e qualquer ser humano, é característica que o define como tal. Concepção de que em razão, tão somente, de sua condição humana e independentemente de qualquer outra particularidade, o ser humano é titular de direitos que devem ser respeitados pelo Estado e por seus semelhantes. É, pois, um predicado tido como inerente a todos os seres humanos⁷ (Sarlet[†], 2002, p. 22 apud Sarlet, 2009, p. 15).

Chegamos então à síntese de que a natureza humana é composta por dois atributos intrínsecos ao Homem: a racionalidade, composta pela razão teórica pura e a razão prática pura, bem como a dignidade, que direciona o fim último do ser humano, como ele mesmo.

Contudo, outro questionamento surge dentro dessa síntese: do que é formada a Dignidade da pessoa humana? Qual a matéria necessária para se constituir uma Dignidade? Retornemos então a Da Silva⁵. Em seu artigo ele escreve: “Todo ser humano, sem distinção, é pessoa, ou seja, um ser espiritual, que é, ao mesmo tempo, fonte e

^{*} No reino dos fins tudo tem ou um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode-se pôr em vez dela qualquer outra como equivalente; mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e portanto não permite equivalente, então tem ela dignidade⁶ (p. 77).

[†] Sarlet IW. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição da República de 1988. Porto Alegre: Livraria do Advogado; 2002.

imputação de todos os valores (p. 90)”. A partir dessa afirmativa, podemos deduzir que tais valores aos quais somos fonte, e temos responsabilidade, são valores universais. Nasce do ser humano, desse “valor interno”, todos os demais valores que se tornam princípios fundamentais.

Assim sendo, levantamos a hipótese de que em sua essência, o ser humano é bom. Maslow em 1954, ao escrever “Motivação e Personalidade”, entendia em sua tese correlacionando valores com as necessidades humanas, que o Homem possui uma natureza benévola, pois alegava que o ser humano era incapaz de suscitar necessidades com viés negativo ou destrutivo⁸.

Nesse mesmo raciocínio, regressemos à fala de Da Silva⁵: “Todo ser humano, sem distinção, é pessoa, ou seja, um ser espiritual [...]”. Considerar o ser humano um ser espiritual, condiz com aquilo que o Ministério da Educação da República Federativa do Brasil, afirma

Os grandes valores espirituais da Verdade, do Belo, do Bem, da Justiça, do Amor, etc. são elementos indelévels da natureza humana, e sua negação ou menosprezo estão na raiz da maior parte dos problemas globais contemporâneos³ (p. 36).

Tais valores espirituais aos quais nos tornam seres humanos nos faz confirmar que nossa essência é benévola. Intrinsecamente nós voltamos para o exercício do bem. Não seria o contrário, afinal possuímos desde nossa concepção os valores universais, formando assim nossa dignidade. Chegamos então nas seguintes afirmativas: Somos seres naturalmente bons, pois possuímos essencialmente os valores universais; tais valores compõem a nossa dignidade, valor insubstituível e que não possui equivalência, ao qual nos direciona a um fim em nós mesmo, não nos igualando aos objetos que possuem um preço, sendo assim, meios para uma determinada finalidade; a dignidade, juntamente à capacidade racional, compõem a natureza humana, como atributos pré-existentes do Homem.

Uma vez que valores universais compõem a dignidade humana, sendo atributo de sua natureza, e tal natureza essencialmente boa, podemos levantar a seguinte incógnita: Quais valores compõem a dignidade do Homem?

Origem e natureza dos valores

Ao tratarmos de valores, o curso da história e a evolução do pensamento filosófico nos proporcionaram algumas definições a respeito desse tema. Apresentaremos como os estudos contemporâneos entendem valores, bem como sua origem e aplicabilidade.

A primeira utilização do termo “valor”, segundo Pedro⁹, provêm de Adam Smith (1723-1790), que atribui tal nomenclatura a tudo que possua propriedades valiosas, passíveis de uso e troca, em particular objetos de caráter instrumental. Nesse contexto, podemos perceber o aspecto econômico que a palavra possuía em sua origem.

Contudo, a historicidade dos pensamentos referentes aos valores, se iniciaram muito antes, tendo sua origem de fato na filosofia clássica, perpassando os pensamentos socráticos, platônicos e aristotélicos.

[...] Sócrates (470 a.C.-399 a.C.), o qual se insurgiu contra o relativismo moral sustentado pelos sofistas, contrapondo-lhe a universalidade dos valores éticos; Platão (427 a.C.-347 a.C.), que tomou um caminho diferente do seu mestre ao transpor a reflexão valorativa para o mundo metafísico das ideias (Teoria das Ideias), que mais não é do que uma Teoria dos Valores, culminando na Ideia de Bem; Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), quem primeiro apresentou uma verdadeira teoria sistemática dos valores (Teoria das Virtudes) e que, por sua vez, remete a questão da transcendência da Ideia de Bem para o plano imanente, da realidade empírica [...] (p. 489).

Pedro⁹ dá continuidade à evolução do termo em questão, acentuando o período em que a palavra “valor” adentrou o campo filosófico: “[...] foi a partir da segunda metade do séc. XIX e início do séc. XX, mais concretamente com Nietzsche (1844-1900), que a palavra valor, com a correspondente conotação axiológica, foi primeiramente introduzida na filosofia (p. 489)”.

A partir de então, o estudo sobre a origem e natureza dos valores se tornou um campo de pesquisa e reflexão filosófico. Atualmente, a teoria mais estudada, relaciona o conceito de valores com as necessidades humanas (fisiológicas, psicológicas e sociais), tal qual Gouveia⁸ explica

[...] os valores têm sido considerados como tipos específicos de necessidades (Maslow, 1954), atitudes (Levy, 1990) e crenças (Rokeach, 1973), ou como uma combinação de crenças e concepções desejáveis (Schwartz & Bilsky, 1987), metas, necessidades e preferências (Dose, 1997). Porém, os valores precisam ser pensados

com independência destes construtos; eles poderiam referir-se unicamente à sua origem ou a algum processo cognitivo subjacente. [...] Poderia ser mais conveniente identificar as necessidades humanas como sendo a fonte dos valores (Kluckhohn, 1951; Maslow, 1954; Pepper, 1954). Rokeach (1973) sugere que ‘os valores são representações cognitivas e transformações das necessidades’ (p. 20), o que é amplamente referendado por Schwartz (1990, 1994). [...] (p.432).

Tal concepção identifica que um valor teria então a sua origem, a partir de uma necessidade que em determinado momento da vida de um indivíduo, se manifestou latente. A partir da necessidade, surge um valor. Tal raciocínio é exemplificado por Rokeach[‡] (1973, apud Gouveia, 2003, p. 432), que “considera sexo e agressividade como necessidades, sugerindo que a primeira pode ser transformada no valor amor maduro, e a última em segurança familiar”⁸.

Essa é uma das concepções existentes. A segunda, que também se utiliza do pressuposto da necessidade, entende valor como efeito do objeto que supre as carências humanas no sujeito: “valor é a qualidade abstrata preferencial atribuída pelo sujeito suscitada pelas características inerentes de determinado objeto que satisfazem as necessidades e interesses daquele”⁹ (p. 493”).

A partir de uma necessidade identificada, o indivíduo busca em seu meio algo para suprir tal carência, podendo ela ser um objeto inanimado, outro indivíduo, ou mesmo uma atitude. O valor surge então pelo objeto e sua capacidade em satisfazer as necessidades do indivíduo.

Portanto, o ato de valoração – que é feito por um sujeito que não pode deixar de valorar, pois, *valorar é existir* – é, por um lado, subjetivo e relacional e, por outro lado, objetivo e material, porquanto esse valor advém de um objeto que possui um determinado conjunto de qualidades que não foram indiferentes ao sujeito que as apreciou⁹ (p. 491).

Ambas as ideias apresentadas, tendem a concluir que os valores estão sujeitos ao Homem, suas necessidades, e aos objetos que sanam as suas necessidades. Cria-se então, a perspectiva de valores como construtos sociais, criados e desenvolvidos pelo indivíduo, frente à sociedade que o rodeia, bem como as suas necessidades⁸.

[‡] Rokeach M. The nature of human values. Nova York: Free Press; 1973

Tal perspectiva elenca 24 valores considerados humanos⁸, com base nos estudos de Maslow⁸ (1954 apud Gouveia, 2003), que em última análise, se condicionam mais às características individuais construídas pelo Homem a partir do meio social, do que um princípio universal, obrigatoriamente peneirado pelo crivo ético-moral⁹. Nessa hipótese, tais construtos não poderiam ser considerados valores universais, se levarmos em conta a dinâmica existente entre a ética e a moral frente os valores; sua utilização no imperativo categórico; e a sua correlação com a dignidade de cada indivíduo.

O imperativo categórico e a relação ético-moral frente os valores universais

Como vimos anteriormente, os valores universais são intrínsecos ao Homem por comporem a dignidade humana, atributo que juntamente à razão, constitui a natureza do ser humano. Como o Homem é essencialmente bom pela sua dignidade, os valores que compõem a mesma, são igualmente benévolos, direcionando todo o agir humano ao bem.

Agir bem adentra o campo moral, ao qual atribuímos a seguinte definição: “[...] a moral, é eminentemente prática, voltada para a ação concreta e real, para um certo saber fazer prático-moral e para a aplicação de normas morais consideradas válidas por todos os membros de um determinado grupo social⁹ (p. 486)”.

Agir moralmente se caracteriza pela sua validade em determinado meio social. Toda ação será moral, se for bem quista pelas pessoas aos quais se convive, ou seja, se visa um bem-comum. A ética surge então para fundamentar o agir moral, ruminando sobre a ação, querendo entender o motivo ao qual classifica as atitudes, em atitudes morais: “[...] enquanto a moral procura responder à pergunta: como havemos de viver?, a ética (meta normativa ou meta ética) defronta-se com a questão: porque havemos de viver segundo x ou y modo de viver?⁹ (p. 486)”.

Todo agir humano necessita, assim, ser regido por uma moral que seja aceita por todos. Aqui se encontra a ideia de universalidade: para que se cumpra o bem-comum, a moral precisa ser universal. Essa é a teoria defendida por Kant ao criar o imperativo categórico. Em seu imperativo categórico, Kant diz: “Age tu de tal maneira que a máxima de tua vontade possa valer sempre e ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal³ (p. 42)”.

⁸ Maslow A. *Motivation and personality*. Nova York: Harper & Row;1954.

Para entender o imperativo categórico, precisamos saber o que significa uma máxima, afinal, é a partir dela que todo agir humano se fundamenta: “A máxima é o princípio subjetivo que contém a regra prática que a razão determina de acordo com as condições do sujeito⁴ (p. 11)”. A partir de um princípio que se configura como uma regra, o ser humano tenciona em agir ou não agir.

A partir de uma máxima, o imperativo categórico funciona como uma ferramenta para definir tudo o que é e pode ser universal, em se tratando do agir moral. A minha ação será válida se for possível aplicá-la em diferentes contextos sociais, alcançando a todos, sem exceções.

Contudo, uma questão histórica ecoa até nós hoje: a crítica que Schoupenhauer, em seu livro “Sobre o fundamento da moral (1995)”, faz ao imperativo categórico de Kant, alegando que sua base se concentra no egoísmo. Tal interpretação se dá pelo fato de Schoupenhauer afirmar que o imperativo categórico, não passa de uma perífrase para a regra de ouro: “[...] não fazer ao outro o que não quero que o outro me faça”¹⁰. Schoupenhauer defende que nos exemplos apresentados por Kant, ao ilustrar o imperativo categórico, o filósofo apelaria ao egoísmo, pois o indivíduo rejeitaria a universalização de sua máxima, pelos efeitos negativos que tal ação causaria em si mesmo, e não necessariamente observaria os efeitos depreciativos e contraditórios que sua ação causaria¹⁰. Entretanto, Kant apresenta em sua própria concepção do imperativo categórico, uma resposta à altura para Schoupenhauer

Nesse sentido, Kant elucida que um indivíduo que intenciona fazer uma promessa mentirosa facilmente reconhece servir-se de outro homem simplesmente como meio. Assim, ele pode perceber a imoralidade de sua máxima, pois ele deixa de tratar os seres racionais como fins em si¹⁰. (Kant**, 1980 apud Pavão, 2012, p. 88).

Podemos notar na citação acima, que Kant entendia o ser humano como um ser essencialmente bom. Aliado à capacidade racional, o Homem ponderaria suas ações, bem como suas intenções, e naturalmente repudiaria o mau e o erro, através do imperativo categórico, reconhecendo o uso instrumentalizado de outro ser humano. Nessa mesma linha, poderíamos entender a concepção moral de Kant, como necessariamente boa. A

**Kant I. Fundamentação da metafísica dos costumes. São Paulo: Abril Cultural;1980.

moral precisa coincidir com a essência. De uma raiz boa, deveria, logicamente, nascer uma atitude boa, regulamentada por um princípio bom.

Kant pensou nisso em sua segunda formulação do imperativo categórico: “Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim, e nunca simplesmente como meio¹⁰” (Kant **, 1980 apud Pavão, 2012, p. 88).

Kant entende a pessoa, o ser humano, como um ser racional, passível de pensar, raciocinar e levantar hipóteses, transitando assim entre o objetivo e o abstrato. Tal capacidade se alia a outra característica indelevelmente preciosa, a dignidade. Ao mencionar em seu imperativo categórico a necessidade moral de se entender e utilizar a humanidade como fim e não como meio, Kant confere ao Homem um valor insubstituível, inafiançável e imaterial.

Esse valor absoluto derruba a afirmativa de Schopenhauer em comparar a regra de ouro com o imperativo categórico. Uma vez que se compreende o fim do Homem como sendo ele mesmo, e não um objeto, tido como meio, minha ação não pode ser egoísta, pois as consequências de meus atos devem, para passar no imperativo categórico, alcançando o status de universal e consequentemente moral, resultar no bem ao próximo¹⁰.

Realmente, o não fazer ao outro o que não quero que o outro me faça somente seria aplicado em relação aos outros e, portanto, não permitiria pensar num princípio moral que se referia também aos deveres que tenho com relação a mim mesmo (por exemplo, para Kant, o dever de conservar a vida e cultivar talentos). Tampouco autorizaria pensar a exigência moral da caridade, pois a caridade é um “fazer ao outro”, isto é envolve positividade da relação que tenho com o outro, ao passo que, se me oriento apenas pelo princípio de não fazer ao outro o que não quero que o outro me faça, ajo apenas de modo a evitar causar danos ao outro, mas não a promover o seu bem (p. 88-89).

O agir, a partir do imperativo categórico, deverá tender sempre para o bem ao outro. Para ser universal, um preceito necessita estar em conformidade com os deveres para comigo mesmo e em favor do bem coletivo, na pessoa do meu próximo. Uma vez que se compreende essa inclinação natural à caridade, não haveria espaço para uma atitude que não fosse boa, levando-nos assim, a agir da melhor maneira para com todo ser humano¹⁰ (Kant **, 1980 apud Pavão, 2012). Se não ajo com caridade, minhas ações se

voltarão apenas para mim mesmo, correndo o risco de usar das outras pessoas para um benefício individualista (rebaixando-os à meios). Não sendo atingindo o bem-comum, não pode ser universal. Não sendo universal, não passa pelo imperativo categórico, sendo considerado imoral.

Aqui se encontra o motivo pelo qual, teorias relacionando valores às necessidades não se sustentam como sólidas. Priorizam o benefício individual, ignorando assim o outro que se apresenta como meu próximo.

Correlação entre as dignidades

O ímpeto que nos motivaria a agir bem e de modo universal, além do argumento ético-moral e da própria natureza humana, está no fato de que, ao compreendermos a nossa natureza, bem como a nossa própria dignidade, reconhecemos os mesmos valores que possuímos, ou seja, a mesma dignidade nas outras pessoas: “Consciência e vivência de si próprio, todo ser humano se reproduz no outro como seu correspondente e reflexo de sua espiritualidade, razão por que desconsiderar uma pessoa significa em última análise desconsiderar a si próprio⁵ (p. 90)”.

Parte da natureza do Homem agir bem e enxergar o outro como semelhante, compreendendo que todos possuem uma mesma dignidade, um mesmo valor interno e imutável, impelindo-nos a agir universalmente, em conformidade com o imperativo categórico kantiano.

Estratificando valores olímpicos

Uma vez abordado a temática dos valores universais, bem como sua relação com o imperativo categórico kantiano, chegamos à raiz do presente estudo: como tais valores, atribuídos à dignidade humana, e assim sendo, intrínsecos ao Homem, se tornam olímpicos?

Como já citado, o olimpismo baseia-se em três valores que norteiam toda e qualquer atividade olímpica: respeito, amizade e excelência. Cada um desses valores carrega consigo a síntese de um desenvolvimento moral e ético pautado na prática esportiva. Tal perspectiva abre a hipótese de que valores universais tidos como intrínsecos, podem ser modificados e personalizados a partir do meio social em que cada indivíduo se desenvolve.

[...] é hoje evidente que não existe desenvolvimento moral sem uma fonte externa ao indivíduo que sobre ele exerça influência inequívoca e à qual ele, preferencialmente, entregue sua lealdade, mas, em qualquer caso, sua obediência³ (p. 41).

O autor acima citado utiliza-se do termo “desenvolvimento” se tratando da moralidade, que como tal, impele o imperativo categórico. A ação externa ao ser humano é de crucial importância para o amadurecimento do Homem, sendo necessária sua atividade. A sociedade influencia e desenvolve determinados valores presentes no ser humano, a partir das exigências que o próprio meio proporciona, não se assumindo como origem e fonte desses mesmos princípios.

Em nosso caso de estudo, o esporte no âmbito escolar como ferramenta para o desenvolvimento moral do ser humano, proporciona a aquisição de certos princípios. Iluminado pela chama olímpica, os valores universais se modelam aos parâmetros esportivos, contextualizando e ressignificando suas interpretações, aproximando-se do cotidiano.

Porém, se essa prática for conduzida de acordo com as premissas da educação pelo esporte, ela pode contribuir imensamente para o desenvolvimento saudável do praticante. O esporte pode e deve ser considerado como uma das ferramentas mais eficazes para trabalhar com crianças e jovens, já que, além de ser uma atividade prazerosa e que traz diversos benefícios para a saúde física do praticante, ele desenvolve diversos valores que poderão ser trasladados para outras esferas da vida dos esportistas¹¹ (p. 827-828).

Ao tratarmos de um ambiente escolar, necessitaríamos de um ponto de partida centralizado no aluno e não no esporte. Tal ponto relacionaria a vida dos alunos com a prática esportiva e não o inverso: relacionar o esporte com as interações sociais de cada aluno fora da escola. Utilizaríamos o esporte então, para suscitar a prática de valores universais, frente os incontáveis conflitos sociais que o mesmo esporte provocaria.

Os professores podem ajudar os alunos a desenvolver suas habilidades de raciocínio moral, criando conflitos morais que expõem as crianças a outros modos de pensar superiores aos seus. A estimulação do desenvolvimento moral ocorre quando as crianças são confrontadas com conflitos morais genuínos e difíceis¹² (p. 08, tradução nossa).

Tais conflitos se conectariam com situações pertencentes ao cotidiano dos alunos, carecendo assim de uma discussão a respeito das práticas e ações realizadas pelos mesmos dentro e fora da ação esportiva. Uma vez que a vida dos alunos se relacionasse com o esporte, o esporte então se tornaria fonte de valores contextualizados, adentrando assim o dia a dia dos alunos. Binder¹² confirma a importância do diálogo quando pontua: “A conversa é um componente muito importante do processo de resolução de conflitos e tomada de decisão moral (p. 08, tradução nossa)”.

Para que tal proposta se concretize, há a necessidade de identificarmos e distinguirmos quais valores observar e instigar o seu desenvolvimento e reflexão. Como entendemos que cada valor olímpico corresponde a um conglomerado de valores universais, elencamos empiricamente, 11 valores que poderíamos considerar como universais e basilares para o desenvolvimento humano, cada qual correspondente a um dos três valores olímpicos.

Dentro do valor olímpico respeito, salientamos quatro valores universais, sendo eles: empatia, solidariedade, justiça e humildade; O valor olímpico amizade também corresponde a quatro valores universais: fraternidade, união, bondade e generosidade; Por fim, o valor olímpico excelência, se estratifica em três valores universais: resiliência, coragem e honestidade.

Empatia

Esse valor pode ser entendido de dois modos. O primeiro se explica como uma resposta de caráter emocional ou afetivo que desenvolvemos frente a situações alheias às nossas. Ao identificarmos uma determinada situação pelo qual algum indivíduo está passando, compartilhamos com ele as mesmas emoções e/ou sentimentos¹³.

A segunda explicação entende empatia como: “[...] uma ação ou reação adotada diante de um evento, que pode causar mobilização afetiva, compreensão e interpretação cognitiva, e que direciona a pessoa para uma tomada de atitude, seja esta passiva ou ativa¹⁴” (Eisenberg; Strayer ^{††}, 1987 apud Koller *et al*, 2001, p. 44).

^{††} Eisenberg N, Strayer J.. Empathy and its development. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge; 1987.

As duas definições se complementam. Frente à determinada situação, podemos apenas compartilhar o mesmo sentimento com o sujeito envolvido no acontecimento, ou ir além e movidos por uma união emocional momentânea, tomar uma atitude.

Solidariedade

Esse valor é entendido como sendo

[...] um vínculo de sentimento racional guiado, limitado e autodeterminado que compele à oferta de ajuda, apoiando em uma mínima similitude de certos interesses e objetivos de forma a manter a diferença entre os parceiros na solidariedade. A solidariedade cresce de importância na medida em que permite a tomada de consciência da interdependência social¹⁵ (p. 144).

Agir com solidariedade se baseia no ato de oferecer auxílio em qualquer circunstância. O ato de ajudar independe dos aspectos comuns que ambos os envolvidos compartilham. O mesmo ato complementa que: “Há solidariedade quando há afeto, cooperação, respeito, assistência, amparo, ajuda, cuidado¹⁵ (p. 148)”.

Justiça

De acordo com Dell’Aglío^{††} (1992 apud Sales, 2000, p. 49), justiça: “[...] refere-se ao tratamento imparcial e ao respeito pelas necessidades e direitos inerentes à natureza humana. O ser humano preocupa-se com a justiça porque esta encontra-se presente nas relações interpessoais e intergrupais do nosso dia-a-dia¹⁶”.

Humildade

Freitas e Martins¹⁷, confirmam a natureza intrínseca desse valor, ao afirmar todo ser humano nasce com humildade, não havendo possibilidade de que indivíduo algum não possua tal valor, mesmo que tal presença seja considerada ínfima. Nesses casos, o desenvolvimento e fortalecimento desse princípio são extremamente necessários.

Ser humilde implica em avaliar precisa e concisamente as habilidades e capacidades pessoais, reconhecendo as falhas, limitações e erros particulares, desejando

^{††} Dell’Aglío DD. A utilização dos princípios de igualdade e equidade em crianças e adolescentes: Um estudo evolutivo de justiça distributiva [dissertação]. Porto Alegre: Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 1992.

aprender e servir os outros concretamente, numa atitude de autoconhecimento e esvaziamento pessoal.

Segundo estes, o desenvolvimento da humildade promoverá a formação de seres humanos mais conscientes, cientes dos seus erros e limitações, que repercutem todas as suas ações para bem do outro e não de si próprio, que não se deixam limitar pelas adversidades e procuram obter e dar sempre o seu máximo¹⁷ (Labouff et al.^{§§}, 2012 apud Freitas; Martins, 2015, p. 27).

Fraternidade

O conceito de fraternidade se vincula com parâmetros religiosos, particularmente cristãos, universalizando o termo uma vez reduzido ao afeto entre irmãos consanguíneos. Com a ascensão do cristianismo, o significado e aplicação do termo ultrapassaram a barreira genética, integrando todos os homens em uma única família humana, compartilhando um mesmo afeto, seja amigo ou inimigo¹⁸.

“Nesta perspectiva, a fraternidade se apresenta como um princípio participativo espontâneo de afeto e que se responsabiliza pelo irmão [...]” (p. 11).

[...] a fraternidade [...] traduz uma dose maior de afeto, de personalidade ou de comunhão, o qual aproxima as pessoas e constrói relações entre os membros de uma família universal. Adicionalmente, através da fraternidade busca-se a igualdade, respeitando as diferenças entre as pessoas. (p. 12).

União

De acordo com o dicionário Michaelis¹⁹, o termo união ganha diversas definições. Entre elas, destacamos o ato ou efeito de unir, num sentido de somar, agregar inúmeras coisas ou pessoas, podendo ser por diferentes motivos. Em nosso caso, união se mistura intimamente com a fraternidade, numa ação de aproximar a todos, sem distinções ou exclusões, tendo por finalidade o bem universal.

^{§§} LaBouff JP, Rowatt WC, Johnson MK, Tsang J, Willerton GM. Humble persons are more helpful than less humble persons: Evidence from three studies. *The Journal of Positive Psychology*. 2012; 7: 16-29.

Bondade

A bondade, vista como sentimento moral, se caracteriza pela prática do bem. Tal princípio se relaciona com a compaixão, no ímpeto de auxiliar um indivíduo que se encontra em uma situação de sofrimento, com o altruísmo, priorizando o bem estar alheio, e a empatia, quando nos identificamos com as situações emocionais que outra pessoa está sentindo²⁰.

A bondade é essencialmente prática. Ser portador de uma bondade implica em agir visando o bem. Tal agir devendo ser voltado ao outro, numa junção entre a compaixão, altruísmo e a empatia.

Generosidade

De acordo com La Taille²¹ (p. 09) encontramos no dicionário Houaiss a seguinte definição para o termo generosidade: “[...] virtude daquele que se dispõe a sacrificar próprios interesses em benefício de outrem”. O mesmo autor ainda levanta alguns sinônimos atribuídos a termo, que correspondem a outras virtudes: magnanimidade^{***}, caridade (teologia cristã), e benevolência^{†††}.

Três aspectos da generosidade devem ser sublinhados, pois, como veremos, singularizam-na em relação à justiça. O primeiro é o altruísmo: no ato generoso, é outrem que é o beneficiário da ação. O segundo: na generosidade há um sacrifício, ou seja, um ‘dom de si’, para retomar a expressão de Comte-Sponville^{†††}. O terceiro aspecto: na generosidade, dá-se a outrem, não o que lhe cabe *de direito*, mas sim o que corresponde a uma necessidade singular²¹ (p. 09).

Em síntese, generosidade corresponde em um doar-se, tendo como o favorecido da ação generosa, outra pessoa que não o agente da ação; requisita um sacrifício de si mesmo para que o outro se beneficie; e por fim, tal ação generosa impele em suprir as carências existentes, ofertando mais do que se necessita.

*** Consulte em Aristoteles *Ethique de Nicomache*. Paris: Flammarion; 1965

††† Consulte em Spaemann R. *Bonheur et bienveillance*. Paris: PUF; 1997.

††† Consulte em Comte-Sponville A. *Petit traité des grandes vertus*. Paris: PUF; 1995.

Resiliência

Resiliência, advinda da engenharia e da física, é definida a “capacidade de um corpo físico voltar ao seu estado normal, depois de haver sofrido uma pressão sobre si.”²² (p. 102).

Transportado para o campo das Ciências Humanas, esse conceito tem sido utilizado para descrever a capacidade de um indivíduo ou grupo de indivíduos, mesmo num ambiente desfavorável, de se construir ou se reconstruir positivamente frente às adversidades²² (Barlach^{§§§}, 2005 apud Barlach et al, 2008, p. 102).

O valor resiliência se conceitua então como a capacidade do Homem em evoluir, de modo positivo e construtivo, independentemente do ambiente em que se encontra, tendo ênfase em um meio desfavorável e escasso de estímulos classificados como bons. É a habilidade em sair de uma situação considerada pejorativa e destrutiva, e se colocar em um ambiente melhor.

Coragem

Barros-Oliveira²³ resgata a origem etimológica da palavra coragem do latim *coraticum*. O termo como conhecemos hoje, utiliza-se da raiz *cor*, remetendo à palavra coração, aludindo assim que a manifestação da coragem surge no mais íntimo e profundo do ser humano.

O mesmo autor relaciona a Coragem com o medo, no qual utiliza-se do valor em questão para superar as temeridades: “[...] a verdadeira coragem é capaz de superar situações difíceis, apesar da presença do medo subjetivo [...]”²³ (p. 08)”. Complementando essa relação, Comte-Sponville^{****} (apud Barros-Oliveira, 2006, p.08) afirma que “[...] a coragem não é a ausência de medo, mas a capacidade de o afrontar, de o dominar, de o ultrapassar, o que supõe que o medo existe ou deveria existir”²³.

É reconhecida mundialmente a coragem como uma virtude ou um grande valor, ajudando as pessoas a confrontar-se com os desafios da vida. A pessoa verdadeiramente corajosa (pode haver uma ‘má’ coragem, por exemplo a dos fanáticos ou dos terroristas) é altruísta, disposta até a dar a vida pelos outros²³ (p.06)

§§§ Barlach, L. O que é resiliência humana? Uma contribuição para a construção do conceito [dissertação]. São Paulo: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo; 2005

**** Comte-Sponville A. *Petit Traité des Grandes Vertus*. Paris: PUF; 2006.

Honestidade

Intimamente ligado à busca pela verdade, agir com honestidade implica um dever moral de cumprir com seus deveres, e sabendo-se que ao cumpri-los, garante o bem à comunidade, adentrando o âmbito universal. A moral conduz atitudes honestas, voltadas ao bem coletivo²⁴.

Uma vez que a verdade, bem como o belo e o bem, são intrínsecos ao ser humano, sua própria natureza o impele em buscar a verdade e assim, agir com honestidade³.

Ressignificando valores olímpicos

Cada um desses valores listados, se encaixam em um determinado valor olímpico e ao mesmo tempo complementa valores tidos como próprios de outros valores basilares do Olimpismo.

Ao elencarmos empatia, solidariedade, justiça e humildade ao valor olímpico respeito, compreendemos que ao compartilhar as emoções do outro frente a determinadas situações; auxiliar aquele que carece de ajuda; tratar a todos sem favorecimento algum, independente de classe ou etnia; e reconhecer a si e seu papel na sociedade, perante a ciência de suas habilidades e limitações; tais valores se enquadram perfeitamente na máxima olímpica do valor respeito quando diz: “Esse valor inclui o respeito de si mesmo e de seu próprio corpo, dos outros, de regras, normas, esportes e meio ambiente¹ (p. 07)”.

O mesmo se aplica ao valor olímpico amizade. Tratando-nos uns aos outros como irmãos, pertencentes a uma mesma família humana e universal; unidos sem qualquer parâmetro excludente; buscando agir visando o exercício do bem, não simplesmente para si mesmo, mas para, e acima de tudo, para o outro; ofertando de bom-grado, o que se possui de material ou imaterial, bem como o próprio ser, sem medidas; corresponde meticulosamente ao ideário da amizade ao dizer: “A amizade está no centro do Movimento Olímpico. Isso nos encoraja a usar o esporte como uma ferramenta para a compreensão mútua entre pessoas e povos¹ (p. 07)”.

E por fim, ao que diz respeito ao valor olímpico excelência, entende-se que superar adversidades, mesmo em ambientes completamente desfavoráveis para tal; enfrentando medos, os afrontando e dominando; buscando a verdade a partir do seu ímpeto moral latente; cumpre a essência da excelência ao prescrever: “Excelência

significa agir da melhor maneira possível, dentro e fora do jogo. O mais importante não é vencer, mas participar, seguir em frente e desfrutar da saudável comunhão do corpo, da vontade e da mente¹ (p. 07)”.

Considerações Finais

Conclui-se então, que valores universais antecedem a construção dos valores olímpicos, construtos contextualizados ao ambiente esportivo. O esporte, como ferramenta facilitadora para a criação de conflitos morais suscitaria a vivência e a discussão de valores que inerentemente apareceriam durante a prática esportiva. Tais valores, uma vez manifestados, assumem sua natureza intrínseca ao Homem como atributo pré-existente, construindo assim o que denominamos de dignidade humana. Essa dignidade juntamente à razão, constituem a natureza do ser humano. Todo agir do Homem, se basearia nesses dois pilares intrínsecos, utilizando para suas ações, o imperativo categórico kantiano, ferramenta essa que consolida a universalidade dos valores presentes no ser humano desde a sua concepção.

Referências

- 1 COI. Los fundamentos de la educación en valores olímpicos: un programa basado en el deporte. Laussane: COI; 2018 [citado 06 jan. 2020]. Disponível em: <https://bit.ly/2XyWXUo>.
- 2 Formiga NS, Gouveia VV. Valores humanos e condutas anti-sociais e delitivas. *Psicol. teor. prat.* 2005; 7(2): 134-170.
- 3 Marques AES, Brancher LN, Konzen AA, Vieira A, Sari M, Rodrigues MM, Cury M. (2000). *Pela justiça na educação*. Brasília: MEC/FUNDESCOLA; 2000.
- 4 Freitas B. A questão da moralidade: da razão prática de Kant à ética discursiva de Habermas. *Tempo social*. 1989; 1(2): 7-44.
- 5 Da Silva JA. A dignidade da pessoa humana com valor supremo da democracia. *Revista de direito administrativo*. 1998; 2012: 89-94.
- 6 Kant I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70; 1995.
- 7 Sarlet IW. Dignidade da pessoa humana. In: Barreto VP. *Dicionário de filosofia do direito*. Rio de Janeiro: Renovar; 2009.
- 8 Gouveia VV. A natureza motivacional dos valores humanos: evidências acerca de uma nova tipologia. *Estudos de psicologia (Natal)*. 2003; 8(3): 431-443.
- 9 Pedro AP. Ética, moral, axiologia e valores: confusões e ambiguidades em torno de um conceito comum. *Kriterion: Revista de Filosofia*. 2014; 55(130): 483-490.
- 10 Pavão A. Imperativo categórico e egoísmo: observações sobre a crítica de Schopenhauer a Kant. *Revista de Filosofia Aurora*. 2012; 24(34): 81-94.
- 11 Sanches SM, Rubio K. A prática esportiva como ferramenta educacional: trabalhando valores e a resiliência. *Educação e pesquisa*. 2011; 37(4): 825-841.

- 12 Binder D. Teaching Olympism in schools: olympic education as a focus on values education. *International Chair in Olympism Lecture*. Barcelona: Centre for Olympic Studies; 2010 [citato 04 fev. 2020]. Disponível em: https://www.uab.cat/pub/worpaper/2010/181092/binder_eng.pdf.
- 13 Cecconello AM, Koller SH. Competência social e empatia: um estudo sobre resiliência com crianças em situação de pobreza. *Estudos de Psicologia (Natal)*. 2000; 5(1): 71-93, 2000.
- 14 Koller SH. et al. Adaptação e validação interna de duas escalas de empatia para uso no Brasil. *Estudos de psicologia (Campinas)*. 2001; 18(3): 43-53.
- 15 Lôbo P. Princípio da solidariedade familiar. *Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões*. 2007: 144-159.
- 16 Sales EMB. O conceito de justiça distributiva relacionado às normas sociais escolares. *Psicologia: Reflexão e crítica* 2000; 13(1): 49-58.
- 17 Freitas J, Martins MH. A humildade e a esperança: fatores de resiliência na práxis humana? *OMNIA*. 2015; 2: 23-31.
- 18 Moraes SRRL, Temário RM. Considerações introdutórias sobre as diferenças entre os conceitos de fraternidade e solidariedade. 2017 [citato 04 fev. 2020]. Disponível em: http://www.equidade.faced.ufba.br/sites/equidade.oe.faced.ufba.br/files/consideracoes_introdutorias_sobre_as_diferencas_entre_os_conceitos_de_fraternidade_e_solidariedade_-_silvia_morais_e_robinson_tenorio.pdf.
- 19 Dicionário Michaelis. 2017 [citato 04 fev. 2020]. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=yVv77>. Acesso em 04/02/2020.
- 20 Lencastre MPAN. Bondade, altruísmo e cooperação. Considerações evolutivas para a educação e a ética ambiental. *Revista Lusófona de Educação*. 2010; 15: 112-124.
- 21 La Taille Y. A importância da generosidade no início da gênese da moralidade na criança. *Psicologia: reflexão e crítica*. 2006; 19(1): 9-17.
- 22 Barcach L et al. O conceito de resiliência aplicado ao trabalho nas organizações. *Interamerican Journal of Psychology*. 2008; 42(1): 101-112.
- 23 Barros-Oliveira JH. Coragem: um novo tópico da psicologia positiva. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 2010; 5-20.
- 24 Camargo SDS. Sobre o significado da ideia de honestidade na filosofia moral de Eric Weil. *Argumentos*. 2014; 6(11): 70-78.